

O LIXO E A CIDADE: CULTURA MATERIAL E MEDIações SOCIAIS ENTRE CENTRO E PERIFERIA NA CAPITAL FEDERAL

The trash and the city: material culture and social mediation between the center of the federal capital and its suburbs

Basura y ciudad: la cultura material y las mediaciones sociales entre el centro y la periferia de la capital federal

Fernanda Martineli

Professora adjunta da FAC – UnB
E-mail: nandamartineli@yahoo.com.br

Lorena Soares

Graduada em jornalismo pela FAC – UnB e servidora na FUNAI
E-mail: soares.loli@gmail.com

Gustavo Schuabb

Graduando em jornalismo na FAC – UnB
E-mail: gustavo.schuabb@gmail.com

Luís Fernando Benini

Graduado em publicidade e propaganda pela FAC – UnB
E-mail: luis.benini@gmail.com

Resumo

Esta é uma pesquisa sobre o descarte, a coleta e a ressignificação de coisas no lixo de Brasília. A partir da perspectiva de que pessoas e coisas se constituem em relação dialética, busca-se compreender como se dá a produção de sentido simbólico e das próprias condições materiais de existência em função do uso, abandono e transformação dos objetos. Nessa dinâmica os objetos materiais são concebidos como um sistema de comunicação e meios simbólicos de envolvimento social.

Palavras-chave: lixo, cultura material, consumo, trabalho, produção.

Abstract

This is a research on the discarding, the collection and the reframing of things in the garbage of Brasilia. From the perspective that both people and things constitute themselves in dialectic relation, we seek to understand how does the production of symbolic meaning and of the very material conditions of existence according to utilisation, abandonment and transformation of objects happen. In this dynamic, material objects are conceived as a system of communication and as symbolic means of social involvement.

Key words: Trash; Material culture; consumerism; Work; Production

Resumen

Trata-se de una investigación acerca de la eliminación, recolección y re-significado de cosas de la basura de Brasilia. Desde la perspectiva de que la gente y las cosas se constituyen en una relación dialéctica, tratamos de comprender cómo se hace la producción de significado simbólico y las propias condiciones materiales de existencia, debido al uso, el abandono y la transformación de los objetos. En esta dinámica, los objetos materiales están diseñados como un sistema de comunicación y medios simbólicos de participación social.

Palabras-clave: basura; cultura material; consumo; trabajo; producción.

Introdução

“Existem muitas coisas que acontecem no lixo”, disse Sandra enquanto mantinha os olhos atentos à esteira em sua frente e, com mãos ágeis, separava o material reciclável que o equipamento transportava. Em seguida completou afirmando que quem realizava esta pesquisa poderia não entender tais coisas por fazer parte de “um mundo diferente”.

Em sua condição de catadora, Sandra evidencia a percepção de um abismo entre dois mundos, marcado principalmente por condições de trabalho e classe social distintas. Os objetos que passavam na esteira também faziam essa marcação em função do significado que tinham naquele momento e que era bem distinto de outras etapas da vida social dessas coisas.

Plástico, papelão, vidro, garrafas PET, revistas, tecidos, metais, madeiras, isopor, fios, resinas e uma infinidade de coisas das mais diversas formas, e até aos pedaços, são também fragmentos de eventos, situações, histórias de vida. Tudo aquilo descartado como lixo já pertenceu a outros universos simbólicos, integrou outros circuitos de circulação e passou por diferentes regimes de valor. Em todos esses contextos, as mais variadas formas de manipulação dos bens evidenciam expressões de classe, gênero, religião, origem regional, entre outras. Porém, enquanto a relação das pessoas com as coisas – e entre si através das coisas – reveste os objetos com atributos de humanidade, em contextos de descarte o significado dos bens da cultura material adquire contornos muito específicos.

Este artigo se concentra nesta fase da vida social, ou pós-vida social das coisas. Busca compreender as formas de organização e divisão social do trabalho entre os profissionais que se intitulam “catadores”, as percepções que têm de si e do seu ofício, e a forma como narram a si mesmos nas interações sociais com seus pares e na realidade social mais ampla.

O debate envolve, ainda e necessariamente, uma reflexão sobre a construção social do lixo, do sujo e do impuro, e de como essas noções, frequentemente associadas à desordem, se relacionam com a vida social dos sujeitos. Se, por um lado, o descarte de objetos como lixo significa a eliminação da desordem e a organização física e estética de lugares, por

outro vale lembrar o que diz Mary Douglas (2010) sobre situações problemáticas em que as caracterizações puro/impuro se estendem a pessoas ou grupos sociais.

Compreender a relação dos catadores com o trabalho, o consumo e a produção (tanto a produção material que é descartada quanto os processos de transformação que lhe atribui novos significados) permite problematizar o lugar político, social e simbólico desses sujeitos nos processos de reprodução social. A desigualdade social que claramente marca a vida dessas pessoas impacta nos seus modos de ser e estar no mundo, e pode trazer implicações que se desdobram em estigmas e colocam em pauta em que medida o trabalho como catador se insere em contextos de inclusão e/ou de exclusão social. Identificar as respostas que esses trabalhadores dão às situações em que se encontram representa aqui um esforço em localizar seus campos de possibilidade de ação e de transformação.

A presente pesquisa representa um trânsito em muitas direções. Entre setembro e dezembro de 2011 foram feitas incursões em três pontos onde trabalham grupos de catadores em Brasília: a via L3 Norte, no final da Asa Norte e próximo à Universidade de Brasília; o Lixão da Estrutural¹, situado na Vila Estrutural, às margens da rodovia DF-095 e próximo ao Parque Nacional de Brasília; a Usina de Lixo do Serviço de Limpeza Urbana (SLU), situada na via L4 Sul. Os catadores que trabalham na L3 Norte não são cooperados e exercem sua atividade em condições extremamente precárias. No Lixão da Estrutural trabalham tanto catadores cooperados quanto não-cooperados, enquanto na Usina de Lixo todos os trabalhadores são cooperados e vinculados à Associação Pré-Cooperativista de Catadores de Resíduos Sólidos de Brasília (APCORB).

Cabe sublinhar que os nomes dos informantes como aparecem aqui são fictícios, a não ser em caso de pessoas públicas, pela sua própria condição.

¹A denominação “Lixão” é adota aqui por ser uma categoria nativa que aparece com recorrência tanto no discurso dos informantes quanto na mídia, além de ser a forma como o Governo do Distrito Federal (GDF) designa o modo de disposição de resíduos sólidos na região próxima à Vila Estrutural. O site do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) do GDF especifica a diferença entre Aterro Sanitário, Aterro Controlado e Lixão, e classifica esta última como uma “forma ambientalmente inadequada de disposição de resíduos sólidos no solo, acarretando problemas à saúde pública e um impacto ambiental de dimensão incalculável” (GDF – SLU, 2012). A previsão é que o Lixão da Estrutural seja substituído por um Aterro Sanitário até o presente ano de 2014, seguindo as definições da Lei de Resíduos Sólidos (2011). O nome oficial do Lixão da Estrutural é Lixão do Jockey Club.

As pessoas e as coisas

Os estudos que tratam do consumo como um aspecto da cultura material constantemente enfocam como as coisas que circulam no mundo, desde a sua produção até a aquisição e o uso, conformam universos de significados e de relações humanas que são criadas através do capitalismo (Miller, 2007). Nesses contextos analíticos, a produção dos objetos que termina por caracterizá-los como mercadorias parece ser a transformação material por excelência. A partir daí as coisas ganham o mundo social e integram circuitos de produção simbólica nas práticas de consumo.

Inúmeros trabalhos tratam desse assunto, demarcando que o significado das coisas está inscrito em suas formas, usos e trajetórias (Appadurai, 2008) – e tem, portanto, um movimento, um caráter flexível e processual. Mas se admitimos que esse significado é permanentemente construído à medida que as coisas são codificadas nas relações humanas que atravessam, devemos também ter no horizonte o que Appadurai nos ensina quando diz que “as coisas em movimento elucidam seu contexto humano e social” (Appadurai, 2008, p. 17). Isso significa que, se direcionarmos o olhar exclusivamente para as transformações simbólicas pelas quais passam os bens nas diferentes fases de sua biografia, corremos o risco de negligenciar outras transformações, como se a comodificação representasse o fim da preocupação e do interesse pela transformação das coisas (Norris, 2006, p. 83).

Obviamente todos temos consciência de que os objetos se transformam com o tempo, que um celular volta a ser vidro, metal e plástico; uma camiseta se converte em fibra e trapos; e uma cadeira em pedaços de madeira e metal. Porém, o abandono geralmente é tido como a última etapa da vida social dessas coisas, como se o descarte fosse seu fim (ibidem). E por mais que valores como sustentabilidade, consciência ecológica e reciclagem ganhem adesão e projeção social, a visibilidade que isso tem nas práticas de consumo não se desdobra nos processos de produção. O que queremos dizer é que a sustentabilidade emerge mais pelo seu valor simbólico no universo do consumo do que como processo produtivo. Isso acontece porque, mesmo quando é evocada em função de modos de produção, a sustentabilidade geralmente é esteticizada para a venda, o

que encobre uma série de contradições, complexidades e nuances, e torna a própria definição pouco precisa.

O trabalho dos catadores em Brasília é emblemático a esse respeito e coloca em pauta como essa segunda etapa de transformação das coisas – que pode ou não ser revestida do valor de sustentabilidade – é uma esfera produtiva, tanto pelas conexões sociais que aí se estabelecem em função do trabalho, quanto pela possibilidade de criação de novas coisas e significados.

Uma das análises pioneiras sobre o valor e o significado do que é descartado como lixo é o livro *Rubbish Theory* (1979), de Michael Thompson. O autor argumenta sobre como as contradições e ambiguidades envolvidas no reconhecimento do lixo impactam a vida social. Thompson parte de uma definição de lixo que se distancia daquela mais corriqueira, associada a coisas indesejadas, e propõe considerá-lo necessário para a existência de um sistema mais amplo de avaliação. Para o autor, no que diz respeito a categoria de valor, o lixo ocupa um lugar intermediário (in-between), pois representa uma região de flexibilidade (1979, p. 9) que não está sujeita aos mesmos mecanismos de controle e valoração de outros objetos socialmente considerados mais valiosos.

A transitoriedade de valor e significado que caracteriza os objetos em sua biografia e fatalmente os conduz, em algum momento, ao descarte, é o que traz a possibilidade de que muitas dessas coisas possam ser redescobertas no lixo e valorizadas novamente (1979, p. 9). No curso dessa pesquisa isso foi observado diversas vezes, tanto em situações em que os catadores encontraram algo de valor no lixo durante a realização de seu trabalho (e o guardam para si), quanto no contexto mais amplo que engloba a criação de coisas novas a partir de materiais até então sem valor por serem encontrados no lixo.

Durante a pesquisa foi possível identificar não só as questões que envolvem a relação do catador com o lixo, seja atuando na coleta ou no processo de reciclagem, mas também questões políticas do cotidiano desses trabalhadores, incluindo a forma como lidam com os materiais encontrados, recicláveis ou não.

A relação entre o catador e seu trabalho não se restringe a uma fonte de renda. Existem trocas simbólicas intrínsecas ao processo de coleta e separação do lixo que estruturam

sociabilidades, hierarquias, identidades e estilo de vida. Além da relação dialética entre pessoas e coisas – que define os processos de resignificação de objetos encontrados no lixo –, e do próprio cotidiano do grupo, questões relacionadas à origem e às histórias de vida inserem no debate temas como migração, relação entre gênero, família, cidadania, direitos e classe social.

Os lugares e as relações

Como visto acima, um movimento de descarte cria a possibilidade de um novo momento de posse. A fim de compreender como o trabalho dos catadores é capitalizado em função do material que recolhem e da forma como se organizam para comercializá-lo, foram realizadas incursões em diferentes pontos de Brasília, apresentados a seguir a partir de relatos dos informantes.

A L3 Norte é uma das vias que atravessa a Asa Norte longitudinalmente, tangenciando a Universidade de Brasília a oeste. Não há muitas residências no local, apenas um conjunto de prédios onde funcionam moradias de professores e funcionários da Universidade e uma residência estudantil. O grupo de catadores está baseado a pouco menos de um quilômetro desses prédios, próximo ao início da L3. Trata-se de uma invasão, como relatou Marta, uma catadora de 39 anos que veio da Bahia, onde trabalhava “na roça, com plantio e colheita”. Muitos moram ali mesmo, em barracos de madeira, e o material coletado também é armazenado no local, ao ar livre, ficando sujeito às intempéries. A precariedade das condições de trabalho e habitação caracterizam esse grupo de catadores como o mais pobre entre os pesquisados. A organização interna não segue o modelo de cooperativa, de modo que os catadores da L3 não são filiados à Central de Cooperativas de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP-DF) – logo, não recebem nenhum tipo de apoio, incentivo ou garantias do poder público para exercer sua atividade. Isso, no entanto, não significa que não possuam uma estrutura organizativa pois, apesar da condição de “informalidade” que demarca algumas diferenças em relação à organização e divisão do trabalho de outros grupos de catadores, também existem dinâmicas que são compartilhadas. A própria Marta demonstrou ter muito em comum com

informantes de outros campos – não só no que diz respeito a origem regional (veio do nordeste do país), estado civil (Marta é casada, ou “juntada”, em suas palavras), grau de escolaridade (não chegou a concluir o ensino fundamental) e orientação religiosa (evangélica), mas também em função de sua carreira como catadora. Desde que chegou na cidade, há dez anos, trabalha nessa função, e apesar de dizer que mora em um “barraco” na invasão da L3, Marta revelou que possui uma casa na cidade de Planaltina de Goiás, que visita em finais de semana alternados. Isso aponta para um certo grau de empreendedorismo ou prosperidade dentro dos parâmetros de seu campo de possibilidades. Embora não constituam uma cooperativa, o grupo de catadores da L3 pode ser compreendido como um sistema organizado e coeso dentro de sua própria racionalidade. Ainda assim, a situação de “irregularidade”² no que diz respeito ao trabalho e à moradia tem consequências. Segundo Marta, ela e seus colegas já sofreram com ações da polícia para retirar o grupo do local, o que não chegou a acontecer durante esta pesquisa: “Eles vêm aqui e tiram toda as lonas e barracas, mas não mexem nas nossas coisas. No que é nosso eles não podem mexer”. Embora os trabalhadores permaneçam na L3 (provavelmente por terem conhecimento dos limites permitidos para a atuação policial e se mobilizarem coletivamente quanto a isso), essa situação causa tensão e insegurança no grupo, além de revelar uma atitude do poder público que parece ser muito mais de repressão e violência do que uma disposição para o diálogo. Ainda que lutem para permanecer na L3, demonstram um desejo de “mudar de vida”, que pode ser observado através da declaração de Marta quando ela afirma que “aqui a gente não tem renda quase nenhuma. A renda que a gente tem é a de Deus”. Nesse aspecto, que diz respeito a renda e também a garantias trabalhistas, há um contraste com os catadores cooperados. Mesmo que Marta tenha prosperado em alguma medida – considerando a aquisição da casa em Planaltina de Goiás –, isso não é percebido por ela como uma conquista que indica sucesso no trabalho, ao passo que informantes que atuam no Lixão da Estrutural e na Usina de Lixo chegaram a deixar outras ocupações para retomar o trabalho como catadores.

²As aspas indicam que esta é uma classificação do poder público, aqui reproduzida para fins de contextualização. Não é nosso propósito adotar essa definição como um julgamento de valor, mas localizar e problematizar seu uso no escopo do poder de regulação do Estado.

Fátima, uma catadora que trabalha no Lixão, chegou a afirmar que “trabalhar com lixo é garantia de ter dinheiro”.

O Lixão da Estrutural, que existe desde a década de 60, é um lugar bem distinto da invasão na L3, não só pelas suas dimensões físicas e pela quantidade de catadores, mas principalmente pela forma como lá se organiza a divisão social do trabalho. Para evitar disputas, os catadores criaram associações, que proíbem a exploração do Lixão por trabalhadores que não estejam cadastrados. A venda do material recolhido é realizada no próprio Lixão e grande parte dos compradores são antigos catadores que agora trabalham como “empresários informais” desse setor e montaram espécies de “escritórios” no Lixão (GDF – SCIA, 2011). Funcionam como atravessadores, e os cooperativados ficam dependentes desse elemento para negociar o material reciclável.

Essa situação gera uma série de problemas e fragiliza bastante as cooperativas em todo processo de gestão de resíduos sólidos³. Ainda que legalmente toda gestão desses materiais deva passar, obrigatoriamente, por uma organização formal de catadores (nesse caso as cooperativas), esses trabalhadores acabam recebendo a menor parte do valor referente ao preço que o material alcança na última etapa de negociação. Para se ter uma ideia, o salário médio de um catador cooperado, no Distrito Federal, era de 450 reais, valor menor que o salário mínimo brasileiro, que era de 545 reais reais na época da pesquisa. Mas a infraestrutura deficiente e outras questões políticas tornam os catadores a parte mais fraca dessa cadeia de produção, e isso ilustra a situação de precarização do trabalho e manutenção de desigualdades justamente naquela atividade cooperativada que tem como prerrogativas geração de emprego, renda e inserção social.

Apesar disso, em comparação com os catadores da L3 (não-cooperativados), os trabalhadores do Lixão (cooperativados) avançaram em suas conquistas trabalhistas, e isso se deu principalmente em função da implantação das cooperativas como modelo de negócio. O caso de Eugênia é exemplo disso. Antes de trabalhar no Lixão ela foi catadora na L3 Norte. A transição para o Lixão e a participação na cooperativa representam, segundo ela,

³Terminologia legal para o processo que envolve o recolhimento, separação e reciclagem de materiais recicláveis ou resíduos sólidos, nesse caso.

uma ascensão no trabalho e em sua própria condição social pelo fim da instabilidade e aumento no salário. A relativa estabilidade também parece ser o que motiva a declaração de Fátima transcrita acima. Quando esta catadora afirma que “trabalhar com lixo é garantia de dinheiro”, manifesta que existe a garantia de uma renda, e não que a renda seja plenamente satisfatória.

Fátima e Eugênia são amigas, têm respectivamente 35 e 32 anos e trabalham juntas em uma cooperativa chamada Coopere. Ambas vieram da Bahia para o Distrito Federal para trabalhar como catadoras, e isso tem algo de específico, pois indica que a motivação da migração foi o trabalho que exercem até hoje. Fátima chegou na capital há doze anos e Eugênia há sete, e cada uma delas deixou o estado de origem em condições muito particulares. Fátima migrou após se separar do marido, e deixou os dois filhos, então pequenos (um com quatro anos e outro com poucos meses de vida), aos cuidados de sua mãe. Eugênia migrou solteira, casou-se em Brasília e teve três filhos na cidade, que na época da pesquisa tinham nove, sete e quatro anos.

Se por um lado Eugênia expressa satisfação e se diz orgulhosa de seu trabalho, por outro afirma que existe cobrança por parte dos filhos para que ela consiga “um emprego melhor”, segundo relatou, para em seguida argumentar: “mas é de onde eu tiro o sustento deles, né?!”. Eugênia diz que seu sonho “era ser ‘boleira’ e montar uma lanchonete”, mas, enquanto isso não acontece, segue com as atividades de catadora e realiza pequenos trabalhos, que chama de ‘bicos’, nos fins de semana. Parte das garrafas PET que recolhe, por exemplo, são utilizadas como frasco para o sabão caseiro que ela mesma produz e vende na Vila Estrutural, onde mora. Mais uma vez, observa-se aqui um empreendedorismo dentro do campo de possibilidades da informante, e isso se articula provavelmente porque os projetos individuais de Eugênia interagem com outros – no caso, os dos filhos – nesse campo de possibilidades (Velho, 1994). Eugênia ilustra como o Lixão representa uma importante fonte de renda para os moradores da Vila Estrutural – pois vários, como ela, trabalham no local. Mas se, por uma lado, expressa contentamento com seu trabalho como catadora cooperativada, por outro sente necessidade de complementar seu orçamento com o exercício informal de outra atividade, e lida, dentro de sua própria família,

com atitudes que desqualificam a sua principal ocupação e reforçam o estigma da profissão de catadora. Trata-se de um jogo ambíguo que abarca valores como emancipação e autonomia, pois o trabalho dos catadores do Lixão da Estrutural é paradigmático de uma importante transformação na forma organizativa dessa classe de trabalhadores pela instituição do sistema de cooperativas. Trata-se ainda de um ofício que, além de enfrentar desafios compartilhados com outras profissões onde o trabalho é precarizado, sofre com julgamentos que associam a manipulação dos objetos materiais descartados como lixo ao próprio entendimento do que é puro e impuro. Nesse sentido, a carreira desses objetos considerados lixo pela sociedade pauta julgamentos estigmatizantes sobre a carreira dos catadores.

Ainda que o modelo de desenvolvimento implantado pela coleta de material reciclável e pela instituição de cooperativas represente avanços para esses profissionais, a precarização do trabalho e a manifestação de preconceitos em face dos trabalhadores assumem formas complexas. Mary Douglas ajuda a elucidar essa dinâmica quando constata que, mesmo relativizando a definição mais comum do que se entende por sujeira, o assunto sempre emerge com significado de quebra de um dado ordenamento estabelecido:

Se pudermos abstrair patogenicidade e higiene da nossa noção de sujeira, estaremos diante da velha definição de sujeira como um tópico inoportuno. Esta é uma abordagem muito sugestiva. Implica duas condições: um conjunto de relações ordenadas e uma contravenção desta ordem. Sujeira, então, não é nunca um acontecimento único, isolado. Onde há sujeira há sistema. Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática das coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados. Esta ideia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza. (DOUGLAS, 2010, p. 50)

E Douglas prossegue explicando que sujeira é uma ideia relativa ao nos lembrar que “sapatos não são em si sujos, mas é sujeira colocá-los na mesa da sala de jantar; comida não é sujeira em si, mas é sujeira deixar utensílios de cozinha no quarto, ou deixar comida salpicada na roupa, (...) equipamento do banheiro na sala (...)” (2010, p. 50). Isso é exemplar de como o conceito de sujeira é socialmente

construído e está tão enraizado em nossa cultura que poucas vezes questionamos a atribuição dessa qualificação, o que contribui para perpetuar práticas e julgamentos que segregam.

Durante a pesquisa de campo no Lixão da Estrutural observou-se como esses padrões, por vezes, são incorporados pelos próprios catadores, que se furtavam ao contato físico. Na busca da proximidade para compreender aquela realidade “do ponto de vista nativo”, coube aos pesquisadores romper essas barreiras, de modo que gestos como um simples aperto de mão, o compartilhamento de alimentos e visitas à casa dos informantes representavam um esforço não só para estimular declarações espontâneas, mas principalmente para o estabelecimento de relações mais horizontais.

Essas atitudes, que implicam uma necessária auto-reflexividade dos pesquisadores, aconteceram reiteradas vezes e um episódio que se passou na Usina de Lixo é exemplar a esse respeito. Márcia, uma goiana de 49 anos, quatro filhos e viúva por duas vezes, foi uma das informantes privilegiadas nesse local. Em contraste com as outras catadoras aqui mencionadas, que migraram já adultas, Márcia se mudou para Brasília com os pais, quando tinha apenas três anos de idade. Muito extrovertida, ela sempre se mostrou comunicativa e, de certo modo, intrigada com a pesquisa: não compreendia o que poderia haver de importante para ser pesquisado em uma usina de lixo. Durante todo o período que o pesquisador esteve em campo, Márcia perguntou reiteradas vezes se ele estava incomodado com o cheiro do lugar. Quando consultava o relógio (a autorização da administração era para que o pesquisador permanecesse por até duas horas no local a cada incursão), perguntava se ele já queria ir embora. Esses eventos traziam à tona como a presença do pesquisador ou pesquisadora interfere no rumo dos acontecimentos e se constitui como objeto de curiosidade e análise por parte de seus informantes. Mas se presença do pesquisador no campo interfere na definição de situação, a subjetividade, por sua vez, não deve ser encarada como falta de critério, e sim como uma tomada de consciência que possibilita incorporar essa questão como exercício reflexivo (MARTINELLI, 2011).

Márcia via o pesquisador na Usina como um sujeito fora de contexto, alguém que não pertencia ao seu mundo. O estranhamento da informante era evidente e, ainda que

ambos estivessem na Usina para trabalhar, o tipo de trabalho que cada um desempenhava demarcava os lugares sociais que ocupavam. Ainda assim, algumas barreiras foram rompidas com o tempo, e Márcia foi uma informante central. Se a entrada na Usina se deu inicialmente a partir de um contato com a diretoria, Márcia representa o acesso a outros níveis do sistema, e isso é fundamental para refletir como se conformam e operam as hierarquias de credibilidade naquele local, e ali em relação aos outros campos pesquisados.

Na Usina de Lixo o trabalho se dá de forma distinta da L3 e do Lixão da Estrutural, pois neste lugar existe apenas uma cooperativa – a Associação Pré-Cooperativista de Catadores de Resíduos Sólidos (APCORB) –, o que faz com que não haja muita disputa pelo lixo. O mais próximo disso que se observa são ocasiões em que alguém encontra um objeto de valor e o toma para si, ou quando o “caminhão da verdura” chega com um carregamento de alimentos trazidos de um supermercado da cidade. Nesses casos, a disputa se dá numa esfera individual, e não no sentido que acontece no Lixão, quando cooperativas disputam umas com as outras.

Márcia trabalha sempre no período vespertino, mas houve uma época em que tentou conciliar o trabalho diurno na Usina com uma jornada noturna no Lixão da Estrutural, a fim de ampliar a sua renda familiar. A intensa carga horária de trabalho (além do turno da APCORB, Márcia trabalhava na Estrutural das 22:00 às 5:30 da manhã) impossibilitou a continuidade dessas atividades. Essa jornada dupla à qual muitos se sujeitam remete à própria construção da cidade de Brasília, quando o movimento nos canteiros de obras era ininterrupto. Em estudo sobre a experiência desses trabalhadores que ergueram a atual capital federal do Brasil, Gustavo Lins Ribeiro observa que “a continuidade e intensidade do trabalho são vistas por um prisma que dissolve barreiras naturais para o desempenho de atividades produtivas. Subjacente às formulações, existe uma igualdade feita entre o dia e a noite (Ribeiro, 2008, p. 156). Ribeiro prossegue abordando as consequências individuais dessa dupla jornada, e relata que na época da construção há indícios de que muitos operários faziam uso de comprimidos para suportar o ritmo intenso do trabalho. Na pesquisa com os catadores não houve registro semelhante, e o que esses dois grupos separados no tempo e que também desempenham atividades distintas compartilham é o fato

de serem constituídos por um significativo contingente de migrantes que chegam na cidade com projetos de vida e esperança – não por coincidência, o título do livro de Ribeiro é *O capital da Esperança*.

Márcia investiu sua esperança na APCORB, mas o fato da cooperativa não proporcionar um salário com valor fixo causava preocupações e era visto por ela como um sinal de instabilidade (afinal, o dinheiro que os associados recebem varia de acordo com o lixo que passa por lá e com o número de associados que trabalham em cada mês, e ambos costumam variar). Por esse motivo, chegou a procurar outros empregos, mas não obteve sucesso, como evidencia quando narra sua trajetória:

Já tentei um emprego em uma empresa de jardinagem, uma vez. Quando estava tudo pronto, com a documentação em dia, fiquei sabendo que a empresa entrou em falência. Naquela hora, com 4 meninos para alimentar, sendo viúva, o desespero me bateu, né. Resolvi voltar para a APCORB. Anos mais tarde procurei outro emprego, dessa vez como doméstica. Mas, naquela época, o salário não era tão bom e eu ficava um mês ou outro sem receber, mas a patroa compensava no outro mês, pagando o que faltava. Mas eu não podia ficar com esse perigo, de não saber se naquele mês eu receberia ou não. Então, voltei para a APCORB, dessa vez de forma definitiva, pois, apesar de não ter um salário-base fixo para todos, é o único lugar onde eu sei que eu tenho a garantia de receber algum dinheiro no final do mês. Pode acabar sendo duzentos ou trezentos reais, mas eu sei que algum dinheiro eu vou receber, e poder tentar pagar as minhas contas e alimentar meus filhos.

No mês em que Márcia deu o depoimento acima, em novembro de 2011, a APCORB fechou com um salário de 489,60 reais para cada um dos associados. Para o mês de dezembro não estava previsto um décimo terceiro salário mas, segundo Márcia, a cooperativa dá toda a assistência médica para seus associados em caso de algum acidente de trabalho, e isso é percebido por ela como um benefício e até como uma compensação face ao não recebimento do décimo terceiro salário.

Uma prática que a Usina tem adotado para ampliar a produtividade é a de aumentar a velocidade da esteira por onde o lixo é transportado. Isso, no entanto, tem

consequências para os trabalhadores, pois eles não conseguem realizar a catação (nome que dão ao processo de separação de materiais recicláveis) na mesma velocidade. Dessa forma, a catação precisa ser feita novamente no galpão de rejeito, que é para onde se destina o lixo que não é coletado após passar pela esteira.

A APCORB possui mais infraestrutura em relação às cooperativas do Lixão, que contam apenas com tendas para os trabalhadores se abrigarem do sol e da chuva. Ao todo são 5 galpões, sendo que um é destinado ao armazenamento do lixo que chega dos caminhões; dois para as esteiras (sendo duas esteiras em cada galpão); o “galpão do rejeito”, que armazena todo o material considerado sem valor comercial; e, por último, há o maior galpão, onde são armazenadas as garrafas PET e os papéis, separados em vários lotes. Nesse último galpão também ficam armazenadas as prensas utilizadas para compactar as garrafas PET para venda.

As esteiras são o principal equipamento da APCORB, pois facilitam muito o trabalho dos associados. O lixo, despejado no primeiro galpão, é recolhido por tratores e depositado na esteira que, em pares e em direção ascendente, o levam até um galpão, onde ficam cerca de quatro a seis trabalhadores, que executam funções diferentes. Enquanto um se ocupa em abrir os sacos de lixo e recolhê-los, outros associados separam o plástico, o papel, o metal e recolhem os sacos de lixo. O metal, o plástico e o papel são jogados em tonéis, que são conectados com bags, grandes bolsas de lona. Cada material possui um tonel e uma bag específica. Ao longo da esteira, antes desse galpão, foram anexadas escadas laterais, que dão acesso ao local de triagem do lixo. Alguns associados fazem a separação de papelão e papel durante esse trajeto ascendente, jogando o que conseguem recolher em outras bags.

Essas bags são destinadas a locais diferentes. As bags que contêm papéis e plásticos são destinadas aos galpões, localizados na área externa da usina, onde são alocadas em lotes. O papelão é colocado também em uma área externa, mais próxima às esteiras, onde dois associados trabalham em uma nova triagem, pois acaba caindo material que não é papelão dentro da bag. Como essa área é uma área descoberta, há dias em que a chuva dificulta muito o trabalho dos associados, como foi presenciado. Quando há chuva, a APCORB fornece aos associados capas para a realização

do trabalho em áreas descobertas. O maior problema, no entanto, é que quando o papelão molha, o seu valor comercial cai consideravelmente. Sandra diz que “bater um papelão”, como é chamado o trabalho de triagem do material, “é um dos piores trabalhos dentro da APCORB”, justificando que “é muito ruim ficar abaixada e ‘catando’ papelão. Dá uma dor nas costas muito grande.”

A impressão que se tem sobre a estrutura da APCORB é que, apesar de se tratar de uma grande cooperativa, não investe na manutenção dos equipamentos de forma adequada para uma sanidade do trabalho dos associados. Durante a pesquisa de campo foram frequentes as reclamações sobre as esteiras, que constantemente davam defeito e até paravam. Quando isso acontecia a triagem do lixo era feita manualmente pelos associados em uma área externa atrás do “galpão do rejeito”. Dependendo da quantidade de lixo ou das condições climáticas, o trabalho ficava inviabilizado e o lixo acumulava.

Toda a estrutura da APCORB, inclusive as esteiras, os galpões e os tratores, foram doados pelo SLU, que também arca com os custos da assistência técnica. Segundo a administração da cooperativa, as esteiras costumam dar defeito principalmente devido à regulagem acelerada da velocidade.

É notável como o poder público não adota um padrão de relação com a classe de catadores. Enquanto os indivíduos que trabalham na L3 Norte atuam em um grau extremo de precariedade e sofrem intimidações constantes da polícia, os catadores da APCORB, ainda que não trabalhem em uma situação ideal, contam com uma série de incentivos públicos e, por estar melhor equipada, a Associação não tem a figura do atravessador muito presente. A própria entidade negocia a venda dos materiais recicláveis com as empresas do ramo e a diretoria acredita ser esse o modelo ideal de negócio pois, segundo um de seus representantes, “empresários e atravessadores constroem fortuna em cima do catador”.

A falta de segurança é uma questão recorrente nos três locais pesquisados. Na L3 Norte os catadores vivem uma situação de insegurança pelas investidas da polícia e também pela ameaça dos alagamentos que acontecem na região quando chove. Além disso, correm o risco de terem sua produção, armazenada ao ar livre e próxima a um matagal, atingida pelas queimadas que acontecem em Brasília na época

da seca. No Lixão da Estrutural a situação também é precária porque as cooperativas não têm condições de arcar com uma completa infra-estrutura de segurança. Muitos cooperados ingressam no local com botas de plástico e o rosto coberto por um lenço, devido ao mau cheiro e às condições do local, e como a área armazena também todo o lixo que não é reciclável, isso traz uma série de problemas e riscos para os trabalhadores. Além disso, um poliduto de 980 quilômetros – dos quais 60 quilômetros passam pelo DF – e que conduz querosene e gasolina para a aviação, passa bem próximo ao local, trazendo o risco de vazamento e acidentes.

Tanto no Lixão quanto na Usina de Lixo existem casos de catadores que perderam a visão ou tiveram outros tipos de problema de saúde relacionados ao gás inalado por eles durante a rotina laboral. Fátima, que trabalha no Lixão prioritariamente à noite, conta que alguns trabalhadores utilizam candeeiros com querosene para iluminar o lixo depositado pelos caminhões, e várias vezes ela chegou a ver labaredas de fogo no local. No entanto a prática diminuiu bastante, segundo Fátima, devido à insegurança que gerava, e atualmente a maior parte dos trabalhadores utiliza pequenas luzes de LED afixadas na cabeça para trabalhar.

A falta de Equipamentos de Segurança Individuais (EPI) e dos Equipamentos de Segurança Coletivos (EPC) é perceptível, tanto na Usina quanto no Lixão. Obedecendo a essa determinação do artigo 166 da Lei 6514/77, que obriga as empresas a fornecerem tais equipamentos, a APCORB colocou, em frente à sala da diretoria, uma placa onde se lê: “Proibido o acesso a esta área sem o uso de capacetes e luvas de proteção”. O local dá acesso ao pátio onde ficam as esteiras para a triagem do lixo, ou seja, está visível, mas, ainda assim, foi possível constatar que poucos trabalhadores utilizavam capacete e nem todos utilizavam luvas. Houve relatos de trabalhadores que abdicavam por conta própria do uso desses equipamentos, especialmente dos capacete, alegando que eles “balançam na cabeça, chegando a cair na esteira”. Quanto às luvas, a diretoria afirma que são entregues todos os dias, mas têm baixa durabilidade, rasgam facilmente e o estoque termina antes que chegue uma nova remessa.

Existe um forte recorte de gênero na profissão e dados fornecidos pela APCORB em novembro de 2011, indicavam

que de 132 associados, 102 eram mulheres e isso parece se repetir na L3 e na Estrutural. A amostra desta pesquisa espelha isso e evidencia que essas trabalhadoras, na maior parte das vezes divorciadas e migrantes, são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Nos três locais de trabalho observa-se uma situação em que as sobras do consumo da sociedade são a garantia de trabalho e renda para muitas pessoas. Trabalhar em grupo, nesses contextos, representa um arranjo estratégico para viabilizar projetos de vida, mas nem sempre os catadores adotam o cooperativismo por deliberação de grupo, pois na maioria das vezes essa opção é imposta como uma coerção do Estado para que eles possam ter o direito de exercer a profissão, como acontece no Lixão e na Usina. Quando catadores fazem da profissão um empreendimento individual ou não formalizado, isso é visto como ilegalidade pelo poder público, que não hesita em repreender, como acontece na invasão da L3. Em todos esses casos, contudo, não se deve perder de vista que um projeto coletivo é sempre vivido de maneiras diferentes pelos indivíduos que o compartilham (Velho, 1994, p. 41).

Considerações finais

Em Brasília, a escala monumental da arquitetura é muitas vezes superior à escala humana. Isso eventualmente é abordado como crítica pelos que consideram que o planejamento urbano da capital federal segrega as diferenças e desmobiliza ações coletivas em função da distribuição do espaço sistematicamente setorializada, bem como das distâncias relativamente grandes demais para serem percorridas a pé ou compreendidas como parte de um todo.

Essa configuração muito particular repercute no estilo de vida dos moradores, nos seus modos de ser e estar na cidade, e na forma como ocupam espaços sociais e simbólicos. Repercute também no trabalho dos catadores e nos valores políticos envolvidos no descarte.

Hoje o lixo é um problema que evoca questões de sustentabilidade, responsabilidade e consciência, e esses valores perpassam tanto o universo doméstico do consumo quanto a produção a partir da transformação e resignificação do lixo, processo esse que tem os catadores como figures centrais. Esse discurso confronta uma atitude individual da

vida íntima e privada com uma atitude industrial, à qual o catador está vinculado.

O trabalho dos catadores desafia muitas concepções sociais cristalizadas. A princípio parece ser muito óbvio que os catadores querem “ganhar mais”, porém um julgamento que resume assim as demandas desses trabalhadores esboça uma precariedade de relações que parece estar no mesmo nível de certas condições de trabalho, relação com o espaço urbano e com o espaço social vistas até aqui.

A diferença e a incapacidade de compreender o universo dos catadores é colocada de imediato por Sandra, trabalhadora da APCORB cuja fala inicia este artigo. Sua declaração se alinha a um padrão de representação do lixo que também tem como exemplo o documentário *Lixo Extraordinário* (2009). Logo no início o filme exhibe o artista plástico brasileiro Vik Muniz, observando imagens do Lixão de Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, na tela de um computador em sua casa em Nova Iorque. Enquanto vê fotos e navega pelo Google Earth para identificar a localização geográfica, Muniz afirma que aquele lugar representa o fim da linha. Nos dois casos os catadores são colocados à margem, e ainda que a percepção do artista se transforme no correr do documentário, a impressão que fica é que essa transformação foi mediada pela sua atuação naquele lugar. A campanha *Limpa Brasil, Let's do It* (2011), segue um caminho semelhante quando convoca todo cidadão a ser catador. A divulgação dessa ação é feita através do site do movimento e de filmes publicitários com celebridades brasileiras que enunciam frases como: “Eu sou Chico Buarque. Eu sou catador.”, aparentemente uma tentativa de diminuir a distancia, fundindo um lado com o outro.

Quando Sandra dá seu depoimento em frente à esteira onde trabalha, no entanto, isso revela que esse é um espaço plenamente colonizado pela sociedade, que existe aí uma relação laboral e uma relação com a tecnologia, marcada pela própria esteira. A expressão “catador”, que designa esses trabalhadores, é ela mesma sintomática e esboça essa relação “entre dois mundos” como se houvesse uma descontinuidade entre o catador e a sociedade. Na verdade, a normalidade da situação mostra que o descarte é um espaço social produtivo integrado, mas não um espaço simbólico integrado.

As ambiguidades que emergiram na pesquisa de campo apontam para a necessidade de superar essas dicotomias, pois os processos produtivos que acompanham o lixo evidenciam que ele não é lugar de anonimato, mas pleno de cultura material que pode ser usada para compreender nossa humanidade (Miller, 2007). Nessa dinâmica o catador é um bricoleur (Walty, 2004), seja quando atua na transformação de resíduos sólidos ou quando encontra entre o lixo objetos que toma para si e utiliza para construir um universo inteligível.

Referências

- APCORB. Disponível em: http://www.centcoop.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=73 Acesso em: 04 nov 2011
- Appadurai, A. (2008) ‘Introdução: mercadorias e a política de valor’ In: Appadurai, A. (ed.). *A Vida Social das Coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. pp. 15-88. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- CENTCOOP. Disponível em: <http://www.centcoop.org.br> Acesso em: 04 nov 2011
- Douglas, M. (2010). *Pureza e Perigo* (2 ed.). São Paulo: Perspectiva.
- GDF – SCIA. Administração Regional do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento: História da Vila e do lixão da Estrutural. Disponível em http://www.scia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12064 Acesso em 04 nov 2011
- GDF – SLU. Diferenças entre Aterro Sanitário, Aterro Controlado e Lixão. Disponível em: http://www.slu.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12698 Acesso em: 12 jan 2012
- LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em: 03 dez 2011
- MARTINELLI, F. (2011). *PIRATARIA S.A.: circulação de bens, pessoas e informação nas práticas de consumo*. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Norris, L. (2006) ‘Cloth that Lies: the secrets of recycling in India’. In: KÜCHLER, S.; MILLER, D. (2006). *Clothing as Material Culture* (2. ed.) Oxford: Berg.

- LIMPA BRASIL (2011). Disponível em: <http://www.limpabrasil.com/> Acesso em: 02 mar 2012
- Lixo Extraordinário (2009).
- Miller, D. (2007) 'Consumo como Cultura Material'. *Horizontes Antropológicos*, 13(28):33-63.
- Ribeiro, G. L. (2008). *O Capital da Esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*.
- Thompson, M. (1979). *Rubbish Theory* Oxford: Oxford University Press.
- Velho, G. (1994) 'Projeto individual e campo de possibilidades'. In: Velho, G. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. pp. 31-48. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Walty, I. (2004) 'De Lixo e Bricolagem'. *ALCEU*, 5(9):62-76.

Outras publicações dos autores:

- MARTINELLI, Fernanda . Apirataria como campo de possibilidades: apropriações materiais e simbólicas em diferentes sentidos. In: X Reunión de Antropología del Mercosur: situar, actuar e imaginar antropologías desde el Cono Sur, 2013, Córdoba. *Anais da X Reunión de Antropología del Mercosur: situar, actuar e imaginar antropologías desde el Cono Sur*. Córdoba: Auspacia, 2013. v. 1
- MARTINELLI, Fernanda . O original e o fake se encontram na esquina: uma etnografia do consumo nas ruas de Ipanema. In: RIAL, Carmen; SILVA, Sandra R.; SOUZA, Angela Maria. (Org.). *Consumo e Cultura Material: perspectivas etnográficas*. Ied.Santa Catarina: Editora UFSC, 2012, v. 1, p. 215-242.
- MARTINELLI, Fernanda . Consumo de luxo e produtos falsificados. In: Anna Cristina de Araújo Rodrigues; Sheila da Costa Oliveira. (Org.). *Convergentes e Divergentes: somos quem queremos e podemos? Reflexões sobre comunicação e pluralidade*. Ied.Brasília: UCB, 2012, v. 1, p. 156-177.
- MARTINELLI, Fernanda ; GUAZINA, Liziane . Catwalk eletrônico: enquadramentos da moda no GNT Fashion. *Animus* (Santa Maria. Online), v. 11, p. 106-130, 2012.
- MACHADO, Mônica ; MARTINELLI, Fernanda ; PINHEIRO, Marta . Publicidade para causas sociais: apontamentos sobre a experiência do Laboratório Universitário de Publicidade Aplicada. *Signos do Consumo*, v. 3, p. 57-74, 2011.